

# Uma imensa espera de *concretizações*... *Ilhas, bairros e classes laboriosas* brevemente perspectivados a partir da cidade do Porto

Virgílio Borges Pereira\*

## Resumo

O presente texto procura consagrar os principais conhecimentos disponíveis sobre a problemática da habitação no Porto, ensaiando a sua mobilização para um quadro de interrogações sociológicas sobre as classes sociais na cidade e os seus estilos de vida.

O dia 23 de Agosto de 1899 pode não dizer muito a muitos dos presentes, mas tem, na minha perspectiva, um significado muito importante para a história dos últimos 150 anos na cidade do Porto<sup>1</sup>. Depois de surtos terríveis de doenças e de visitas de muitos especialistas internacionais, Ricardo Jorge e a Junta Médica do Porto, no meio de uma extraordinária polémica pública, decretam oficialmente

---

\* Professor Auxiliar do Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Investigador do Instituto de Sociologia da mesma Faculdade.

Endereço: Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Via Panorâmica s/ número, 4150-564 – Porto

e-mail: [jpereira@letras.up.pt](mailto:jpereira@letras.up.pt)

<sup>1</sup> O texto apresentado constitui uma versão, devidamente fundamentada, da comunicação realizada no colóquio que agora se restitui. Opta-se, nesta versão, por preservar a dimensão relacional que esteve na génese da intervenção. Não obstante esta sua característica, a presente comunicação consagra um conjunto relevante de preocupações que sistematizam uma das «teorias auxiliares de pesquisa» do projecto “Classes sociais e modalidades de estilização da vida na cidade do Porto”, desenvolvido no âmbito dos programas PRAXIS e POCTI/P/SOC/10257/1998 da Fundação para a Ciência e a Tecnologia do MCES com o apoio do FEDER. Enquanto «teoria auxiliar de pesquisa» sobre a problemática da habitação no Porto, este texto procura consagrar os principais conhecimentos disponíveis sobre esta matéria e ensaia a sua mobilização para um quadro de interrogações sociológicas sobre as classes sociais na cidade.

uma quarentena para tentar suster os efeitos da doença estranha que tinha tomado conta do Porto. Doença que, numa primeira fase, matava operários, mas que depois começou a matar outros membros de outras classes sociais e inclusive colegas de trabalho do próprio Ricardo Jorge. De 23 de Agosto de 1899 a Fevereiro de 1900, o Porto estará de quarentena. A estranha doença era a peste bubónica e com esta epidemia, o Porto torna-se na última das cidades da Europa a erradicar a peste<sup>2</sup>.

O Portugal da segunda metade do século XIX (e não só) é um território de uma intensa fome nos campos<sup>3</sup> responsável pelo sucesso de toda e qualquer actividade remunerada nestes situada e, na sua ausência (como foi durante muito tempo), pela desesperante necessidade de sair para Lisboa, para o Porto e, em muitos casos, para o Brasil ou mais tarde para a Europa<sup>4</sup>. Sair de casa, nos campos, para ir trabalhar para as cidades e depois para o Mundo, fazia parte do quotidiano de milhares de habitantes do País. Ainda que nem sempre se tenha uma exacta consciência do significado social dos processos em causa, tal como em Lisboa, no Porto, o século XIX e sobretudo a sua segunda metade são tempos de industrialização e de urbanização intensas.

De acordo com o primeiro Recenseamento Geral da População, em 1864 o Porto tinha 86761 habitantes. Tudo indica que a dinâmica anterior a esta data fosse já de crescimento e também assim se compreende que em 1890 o registo fosse já de 138860. A intensidade do crescimento demográfico do Porto chega a ser, em finais do século XIX, superior à de Lisboa, sendo o período chave do crescimento populacional portuense os 12 anos que medeiam entre 1878 e 1890: anos em que, segundo os cálculos de Manuel C. Teixeira, chegam à cidade 24000 novos emigrantes<sup>5</sup>. Em 1911 a cidade já alargara os seus limites e habitavam nela 194009 pessoas.

---

<sup>2</sup> Sobre esta questão, cf. o trabalho de Gaspar Martins Pereira e Maria do Carmo Serén (1995: 376-521).

<sup>3</sup> Sobre a fome nos campos durante o século XIX, cf., entre vários trabalhos, Alice Ingerson (1982: 1476-1478) e Maria Filomena Mónica (1986: 192).

<sup>4</sup> Sobre a problemática da emigração portuguesa existe, como é amplamente sabido, uma consolidada reflexão sociológica, demográfica e histórica nas ciências sociais produzidas em Portugal. Para um retrato das grandes tendências demográficas da emigração portuguesa, cf., entre vários estudos, o trabalho de Jorge Carvalho Arroteia (1983). O retrato do significado social, nos campos do Alto Minho, da emigração para o Brasil pode obter-se, por exemplo, no estudo de Caroline B. Brettel (1991). Sobre a emigração para o Brasil e o *retorno*, na cidade do Porto oitocentista, cf. o trabalho de Jorge Fernandes Alves (1994).

<sup>5</sup> Acompanhamos de muito perto o raciocínio de Manuel C. Teixeira para explicar a dinâmica demográfica da cidade do Porto durante o século XIX. Sobre este assunto, cf. M. C. Teixeira (1996: 87 e seguintes).

Numa cidade territorialmente bem mais limitada do que hoje, tudo indica que os padrões da respectiva ocupação tenham seguido uma lógica bem documentada na sociologia portuguesa: o centro da cidade funcionou regularmente como *porta de entrada* na cidade e, uma vez esgotadas as respectivas capacidades de ocupação, alarga-se posteriormente a área de ocupação para os territórios mais próximos<sup>6</sup>. Por força de uma legislação muito característica (que facilmente poderia ter servido de referência comparativa a Engels nos seus escritos sobre a situação do operariado inglês), a Câmara Municipal do Porto regulamentava apenas as construções junto às fachadas das ruas elidindo da sua vista e preocupação tudo aquilo que fosse construído nas traseiras. O resultado de tudo isto foi, numa fórmula simplificada e sintética, que o Porto como que foi *crescendo para dentro*, densificando-se nas traseiras com a construção das *ilhas* – por excelência, mas sem ela, a habitação do operariado industrial da cidade (ainda que não tenha sido e ainda hoje não seja apenas deste exclusivo)<sup>7</sup>.

A mesma Câmara que não se preocupava com o que se construía atrás das casas e que, na prática, só regulamentava fachadas, procurou ao longo da segunda metade do século XIX, não sem muita polémica pelo meio, esquecer as suas entranhas e não ter em conta o que lá se passava. Sem querer e sem poder ser exaustivo, o que lá se passava é de crucial importância para o debate que estamos aqui a ter hoje e, de algum modo, restitui-nos o quadro explicativo responsável pela acção de Ricardo Jorge. Nas traseiras da cidade pagavam-se rendas sempre demasiado caras para os salários auferidos (cerca de 10% do rendimento que se acrescentava aos 80% gastos no pão) e, por força de um inexistente sistema de saneamento e muito más condições de vida, fundamentalmente ficava-se doente e muitas vezes morria-se. Para se ter uma ideia das mudanças por que a cidade passou durante este período, atente-se que em 1832 existiriam 200 ilhas com mais ou menos 8000 habitantes; em 1899, as ilhas reuniriam 30% da população. É certo que a quarentena da peste do referido ano de 1899 identificou apenas (!) 320 casos e que, destes, somente (?) – é preciso não esquecer os critérios da época para explicar polémicas – morreram 132 pessoas. Mas as preocupações de Ricardo Jorge eram, certamente, mais vastas e entre elas estava, sem dúvida, a tuberculose. A tuberculose matava na cidade, entre 1880 e 1910, quase sempre

---

<sup>6</sup> A análise sociológica, por excelência, da estruturação desta lógica pode encontrar-se, para o caso de Lisboa e de Alfama, nos trabalhos de António Firmino da Costa. Cf. a este propósito A. F. Costa (1984; 1999). Sobre esta questão e a propósito do Porto e da freguesia da Vitória, cf. Virgílio Borges Pereira (1994).

<sup>7</sup> Os argumentos de fundo que estão subjacentes a estas afirmações encontram-se no trabalho, já citado, de M. C. Teixeira (1996: 85 e seguintes).

31 entre cada mil habitantes e sobretudo, ainda que não exclusivamente, operários e demais habitantes de ilhas: atente-se que entre 1880 e 1910 a oscilação nesta taxa foi de apenas 0,94, o que diz muito sobre aquilo que se foi e não foi fazendo em matéria de salubridade e condições de vida ao longo deste período da história do Porto<sup>8</sup>.

A quarentena por causa da peste, para além da vergonha dos políticos locais da época, conseguiu, finalmente, produzir alguns efeitos. Na primeira década do século XX, entre esses efeitos contam-se a legislação da necessidade de acompanhamento camarário para construções efectuadas para além dos cinco metros que distavam da rua e a proibição da construção de ilhas – construções que continuariam a efectuar-se, sendo, a partir desta altura, consideradas ilegais. Ainda no âmbito destes efeitos, e muito por força de um higienismo que paulatinamente se torna mais dominante, dá-se início à construção do saneamento básico na cidade e o jornal *O Comércio do Porto* desenvolve, juntamente com a Câmara, um primeiro esforço para a construção de uma solução habitacional alternativa às ilhas e capaz de alojar os operários da cidade. Este esforço materializou-se em construções nos bairros do Monte Pedral, do Bonfim (Antas) e em Lordelo.

Seria, no entanto, necessário esperar pela implantação da República e pelo Sidonismo para se ver construído o primeiro bairro social da cidade: o bairro Sidónio Pais, hoje Bairro Social da Arrábida, inaugurado em 1918 e acompanhado, em seguida, pela construção de quatro colónias operárias entre 1915 e 1919.

Se a República resumiu os seus esforços nesta matéria a estes pequenos conjuntos, sempre insuficientes e, mesmo assim, demasiado acima das reais possibilidades de acesso e aquisição do operário modal do Porto de inícios do século XX, o Estado Novo actualizou velhas lógicas repressivas no modo de encarar as *classes laboriosas*, nesta fase, sistematicamente entendidas como *perigosas*.

Em 1939 existiam no Porto 14000 casas em ilhas, albergando 20% da população. As respostas dadas pelo Estado Novo para os problemas por estas gerados começam por tentar enquadrar a correlativa resolução no âmbito do *Programa das Casas Económicas*, mas rapidamente se constata que o modelo social, político, ideológico e urbanístico subjacente à sua construção nas suas

---

<sup>8</sup> Sobre estas questões, cf., novamente, as leituras que M. C Teixeira (1996: 143-168; 176-180) efectua da realidade portuense da época e o trabalho de G. M. Pereira e M. C. Serén (1995).

diferentes modalidades (desde logo, por via dos custos de construção de casas individuais e da consagração da propriedade individual como objectivo) não se articula facilmente com o operariado e demais fracções de classe que habitam as ilhas. O programa das casas económicas construiu, ao longo de trinta anos, em vários pontos da cidade, primeiro no Ilhéu (1935) e por fim no Viso (1965), ao abrigo de diferentes registos e tipologias e com claras diferenciações entre cada momento consagrado. Contudo, o momento marcante na história da cidade e aquele que, certamente, motiva o pensamento sobre toda esta problemática sempre que se pensa no Porto passa não tanto pelo referido programa mas sobretudo pelo *Plano de Melhoramentos para a Cidade do Porto* organizado para durar entre 1956 e 1966 (alargado por mais alguns anos posteriormente) e responsável pela construção dos grandes bairros sociais da cidade que hoje conhecemos. Foram construídos neste período mais de seis mil fogos e transferiu-se da área central da cidade para a periferia citadina entre 15% a 20% da população. Ao longo do tempo fizeram-se ainda ajustamentos a este programa e construíram-se ainda mais 1 ou 2 milhares de fogos em iguais contextos, muitas vezes aproveitando para alargar bairros previamente construídos (como no caso do conhecido - e, agora, em parte demolido - S. João de Deus).

O que se pode vislumbrar em tudo isto é, desde logo, o tempo que levou a reconhecer a habitação como um problema e a agir em conformidade para ensaiar formas de o resolver. As soluções construídas demoram, na prática, quase cem anos a ser implementadas!

Se as políticas foram tardias, ou seja, se começaram a ser desenvolvidas já muitas décadas depois de se terem identificado problemas, sem muita vontade e quase sempre mais por imposição extrema da realidade do que por fruto de uma real vontade de produzir transformações sociais efectivas, também é verdade que muitas destas políticas serviram normalmente interesses sociais específicos pouco susceptíveis de fundamentarem processos alternativos de promoção de bem-estar e de qualidade de vida. Com a excepção de certas dimensões do programa das casas económicas, obviamente definidos com um perfil selectivo e mais socialmente qualificado (bastando para o efeito verificar o perfil actual da respectiva inserção urbanística e o protagonismo social dos seus proprietários e ocupantes), ou ainda os primeiros exemplos de bairros sociais produzidos no início do século (inacessíveis para as classes trabalhadoras), a generalidade destes bairros foi construída com materiais pobres, com prazo de validade (para depois se equacionar a respectiva demolição em função de eventuais necessidades urbanísticas), integrados no quadro de políticas urbanísticas com um profundo impacto social em termos de segregação (ampliação de efeitos hierarquizadores)

e não se negligenciando a capacidade disciplinadora do acesso à habitação e as respectivas funções de controle social mobilizadas pelo regime político (a propósito das recentes polémicas em torno do Bairro S. João de Deus – o *Tarrafal* – é conveniente não esquecer que, na sua história, esta dimensão disciplinadora não tem um carácter irrelevante). Acrescente-se ainda que, globalmente, toda esta construção, no tempo em que foi efectuada, significou ainda muito pouco para aquelas que eram as reais necessidades das populações citadinas (não sendo difícil generalizar a este nível para o País) em matéria de habitação<sup>9</sup>.

Progressivamente, a cidade do Porto concentra em si uma problemática de habitação complexa que a faz oscilar entre o peso da habitação antiga, frequentemente degradada e ainda em ilhas, e o peso crescente da habitação social, com o tempo cada vez mais degradada, geograficamente isolada e segregada. Acrescenta-se a isto, com regularidade comparável e ainda, a ausência de habitação.

Como é sabido, o Portugal do pós-25 de Abril de 1974 continua a ser o território de um sério problema habitacional. As crises de habitação geradas nunca foram, contudo, suficientemente fortes para colocar em causa a lógica do campo do poder, como muito bem sustentou Abílio Cardoso, ao definir o conceito de *crise de habitação de tipo social*<sup>10</sup> como o mais ajustado e aplicável à realidade portuguesa. Por outro lado, é também extremamente importante ter em conta que a lógica de actuação do Estado Novo e do Democrático no domínio da habitação social esteve muito longe (e ao contrário do que faria prever a actividade do SAAL nos primeiros anos do pós-25 de Abril) de um qualquer modelo de tipo *Estado-Providência*. De facto, as soluções implementadas ao longo das últimas décadas atiraram para a construção civil e para as políticas em torno das taxas de juro a (des)regulamentação da construção e do acesso à habitação. Os resultados são conhecidos: o País ostenta hoje uma significativa percentagem de proprietários de habitação, mas também um elevado número de habitações novas devolutas e ainda um conjunto relevante de famílias com acesso improvável a um outro segmento do campo de produção de alojamentos que não seja aquele que passa pela acção do Estado nacional e, cada vez mais, o local (cf., a título de exemplo, os significados que poderão estar associados ao fim do IGAPHE).

---

<sup>9</sup> Para retratos sociológicos densos sobre as propriedades sociais das políticas habitacionais do Estado Novo e sobre os fundamentos da caracterização apresentada, cf. os trabalhos desenvolvidos a este nível por Marielle Christine Gros (1982; 1994). Cf. ainda Luís Vicente Baptista (1999).

<sup>10</sup> Cf. a propósito, Abílio Cardoso (1996: 109-121).

Esta dimensão da problemática permite-nos novamente voltar ao caso do Porto. A informação disponível hoje, dia 30 de Junho de 2003, sobre algumas destas matérias aponta para alguns factos relevantes. Tudo indica que vivem na cidade do Porto cerca de treze mil e quinhentas pessoas em ilhas (mais seis mil e quinhentas em contextos próximos e igualmente mal alojadas) e cerca de quarenta mil pessoas em bairros sociais<sup>11</sup>. Ou seja, com grande probabilidade e ainda que estranhamente pareça nunca existir um consenso relativamente a este número, cerca de 20% (o intervalo variará, hoje, entre os 17% e os 23%) da população da cidade é herdeira das soluções e das ausências de soluções que a cidade do Porto gerou para se industrializar e urbanizar. Com uma regularidade que tem muito de surpreendente mesmo para os mais experimentados investigadores sociais, nas ilhas e nos bairros do Porto do século XXI encontrá-mos, já não muitos dos filhos, mas ainda muitos dos netos, bisnetos e tetranetos dos velhos operários portuenses que protagonizaram a industrialização da cidade durante a segunda metade do século XIX e durante o século XX. Importa, contudo, verificar como se encontram aqui e de que modo as medidas de política habitacional construídas se concretizaram em termos sociais.

Se há imagem que a este nível é importante reter é a de que os bairros, por força da história, da acção das suas populações e frequentemente de muitos técnicos, estão longe de ser entidades homogéneas. Ainda que em muitos casos segregados e pouco recuperados é crucial reter que nestes se consagra uma certa diversidade social que faz com que nem todos os bairros sejam iguais e com que nem todos nos bairros sejam iguais enquanto *problema* e nos *problemas*. Pode parecer estranho estar, este dia e neste ano, a afirmar tudo isto, mas continua a ser necessário investir nos bairros, na recuperação do possível e na reconfiguração do que não for recuperável em quadros concretos de medidas e não apenas no papel. É importante, por outro lado, ter em conta que existe uma consolidada reflexão sobre esta matéria traduzida mesmo em exemplos já aplicados de intervenção cujo alcance não poderá perder-se. Uma dessas reflexões traduzidas em resultados (mais fora do País do que dentro) tem relação directa com tudo aquilo que tem vindo a ser afirmado e continua a passar pela

---

<sup>11</sup> Retêm-se, a este propósito, os reveladores resultados dos inquéritos promovidos pela Câmara Municipal do Porto em finais da década de 1990 e que documentam de um modo muito exaustivo, cinquenta anos depois dos últimos grandes inquéritos habitacionais efectuados na cidade (diferencial temporal na execução deste tipo de instrumentos a não deixar de interpretar social e politicamente), a realidade social da cidade neste domínio. Cf. a propósito Manuel Pimenta, José António Ferreira, Leonor Vasconcelos Ferreira, Alexandra Faria, Paula Pimentel (2001) e Manuel Pimenta, Leonor Vasconcelos Ferreira, José António Ferreira (2001).

urgência de um modo alternativo de conceber os contextos habitacionais deste tipo, por alargar a noção de alojamento à de território vivido e apropriado e, neste quadro, pelo desenvolvimento de políticas de *gestão* social dos novos contextos que se tenha de criar e pelo não esquecimento dos antigos. Atente-se que, no domínio da habitação, a tão referenciada Europa aponta claramente nas últimas décadas para um duplo sentido em matéria de construção habitacional: mais mercado, mas também mais e melhor Estado, em simultâneo – não é uma contradição<sup>12</sup>.

Na minha perspectiva, existe da parte dos agentes sociais não só uma responsabilidade social pelo presente, mas também um legado que a acção no presente deixa para as gerações futuras. É fundamental, nomeadamente, para os detentores dos mais qualificados recursos sociais, económicos e políticos, interrogar o legado que deixam para o futuro. Sabemos que o legado deixado por alguns dos detentores destes poderes no passado não foi brilhante. Agora, é necessário saber qual será o legado dos detentores presentes?

Continua a fazer todo o sentido voltar a colocar as pessoas - de forma reflexiva e participativa - no centro do projectos de intervenção, assegurando, entre outras componentes e de forma urgente, a análise dos impactos sociais dos projectos a implementar e a discussão desses mesmos projectos. É ainda crucial ter presente a história dos contextos e das vivências a que os contextos têm estado sujeitos, bem como as modalidades da sua produção e apropriação por parte das pessoas, atentar no modo de produção da vida quotidiana e perspectivar as intervenções – tanto globais como localizadas - a partir deste tipo de referenciais, pensando e realizando soluções territoriais minimamente integradas (nomeadamente tendo em conta as articulações entre fenómenos que ultrapassam na sua (re)produção as barreiras das fronteiras administrativas entre os territórios). Por outro lado, é ainda necessário, neste âmbito, continuar a contribuir para a promoção de situações imaginativas dotadas de capacidade de romper com processos estabilizados e cristalizados de desigualdade e exclusão territoriais e sociais, algo que em cidades como a do Porto se encontra com facilidade e não apenas no registo dos bairros da cidade periférica. Todas estas propostas e ideias têm um pressuposto: a existência de vontade política para resolver os problemas e, por força disto, a necessidade de assegurar a sustentabilidade (financeira, urbanística e de gestão) das medidas de intervenção territorial

---

<sup>12</sup> Cf. Júlio Dias (1994).

em que as componentes sociais são acentuadas – pressuposto que, como vemos, dificilmente se tem encontrado de um modo generalizado ao longo da história do Porto.

A este propósito e para terminar, gostaria apenas de lembrar um dos títulos de primeira página de um jornal que, como temos vindo a verificar, teve alguma importância na génese das interrogações sobre a *questão habitacional* na cidade do Porto. No dia 8 de Junho de 2003, na primeira página de *O Comércio do Porto* podia ler-se: “Última ilha municipal vem abaixo este mês”. Sem querer começar tudo de novo, convido o leitor a pensar, à luz de tudo aquilo que foi dito, nos possíveis significados sociais e urbanísticos que este título encerra.

## **Bibliografia**

Alves, Jorge Fernandes

1994 – *Os Brasileiros. Emigração e retorno no Porto oitocentista*, Porto, Edição de Autor.

Baptista, Luís V.

1999 - *Cidade e Habitação Social. O Estado Novo e o programa das casas económicas em Lisboa, Oeiras, Celta.*

Brettell, Caroline B.

1991 – *Homens que Partem, Mulheres que Esperam. Consequências da emigração numa freguesia minhota*, Lisboa, D. Quixote.

Cardoso, Abílio

1996 - *Do Desenvolvimento do Planeamento ao Planeamento do Desenvolvimento*, Porto, Afrontamento.

Costa, A. Firmino

1984 - “Alfama: entreposto de mobilidade social”, *Cadernos de Ciências Sociais*, 2.

1999 - *Sociedade de Bairro*, Oeiras, Celta.

Dias, Júlio

1994 - “Tendências das políticas europeias quanto aos modelos de habitação social”, *Sociedade e Território*, 20, pp. 91-100.

Gros, Marielle Christine

1982 – *O Alojamento Social sob o Fascismo*, Porto, Afrontamento.

1994 - “«Pequena» história do alojamento social em Portugal”, *Sociedade e Território*, 20, pp. 80-90.

Pereira, Gaspar Martins; Serén, Maria do Carmo

1995 - “O Porto oitocentista”, in Ramos, Luis de Oliveira (Dir.), 1995, pp. 376-521

Pereira, Virgílio Borges

1994 - “Os índios e a vida selvagem, modalidades de (re)produção de sociabilidades no núcleo antigo da freguesia da Vitória”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, IV, pp. 231-353.

Pimenta, Manuel; Ferreira, José António; Ferreira, Leonor Vasconcelos; Faria, Alexandra; Pimentel, Paula

2001 – *As ‘ilhas’ do Porto. Estudo socioeconómico*, Porto, Câmara Municipal do Porto/ Pelouro de Habitação e Acção Social.

Pimenta, Manuel; Ferreira, José António; Ferreira, Leonor Vasconcelos

2001 – *Estudo Socioeconómico da Habitação Social. Porto*, Porto, Câmara Municipal do Porto/ Pelouro de Habitação e Acção Social.

Ramos, Luis de Oliveira (Direcção)

1995 - *História do Porto*, Porto, Porto Editora.

Teixeira, Manuel C.

1996 – *Habitação Popular na Cidade Oitocentista. As ilhas do Porto*, Lisboa, FCG/JNICT.